

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

Os horizontes do método sociológico: Reflexões sobre a crise das culturas metodológicas e os novos desafios da pesquisa social

Fillipi Nascimento

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11865>

Submetido em: 2025-04-30

Postado em: 2025-05-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Os horizontes do método sociológico:

Reflexões sobre a crise das culturas metodológicas e os novos desafios da pesquisa social

Fillipi Nascimento¹

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1478-534X>

Resumo: Este artigo investiga a chamada “crise das culturas metodológicas” na sociologia, entendida como a segmentação persistente entre métodos quantitativos e qualitativos. Argumenta-se que essa divisão, ao contrário de favorecer a especialização, limita a capacidade de apreender as múltiplas dimensões dos fenômenos sociais. São apresentadas alternativas que valorizam métodos mistos, envolvendo ciência de dados e inteligência artificial generativa para ampliar o alcance das investigações sem negligenciar a profundidade interpretativa. Discute-se como a integração desses recursos técnicos demanda mudanças na forma de organização dos currículos acadêmicos e das rotinas de pesquisa, pois o sociólogo passa a lidar tanto com bases extensas de informação quanto com estratégias de análise qualitativa centradas em sentido e contexto. Destaca-se, ainda, a importância de adotar protocolos éticos e processos de validação que questionem a opacidade dos algoritmos, evitando riscos de vieses e distorções. Por fim, conclui-se que a renovação metodológica, embora desafie estruturas institucionais e convenções enraizadas, oferece oportunidades para revitalizar o método sociológico. Ao combinar rigor empírico e reflexão teórica, a sociologia pode responder de modo mais eficaz às transformações contemporâneas.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa em sociologia; métodos mistos; ciência de dados; inteligência artificial generativa.

¹ Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE-IBGE). Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em sociologia e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Insper e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED).

The horizons of sociological method:

Reflections on the crisis of methodological cultures and the new challenges of social research

Abstract: This article investigates the so-called “crisis of methodological cultures” in sociology, understood as the persistent segmentation between quantitative and qualitative methods. It argues that this division, rather than fostering specialization, restricts the capacity to capture the multiple dimensions of social phenomena. The text presents alternatives that emphasize mixed methods, incorporating data science and generative artificial intelligence to broaden the scope of investigations while maintaining interpretive depth. It discusses how integrating these technical resources requires changes in academic curricula and research practices, since sociologists must handle extensive data sets as well as qualitative analysis strategies oriented toward meaning and context. The importance of adopting ethical protocols and validation processes that challenge algorithmic opacity is also highlighted, in order to prevent biases and distortions. Finally, the article concludes that methodological renewal, though it may challenge institutional structures and longstanding conventions, offers opportunities to revitalize sociological methods. By bringing together empirical rigor and theoretical reflection, sociology can respond more effectively to contemporary transformations.

Keywords: methods in sociological research; mixed methods; data science; generative AI.

1. INTRODUÇÃO

A sociologia nasceu do esforço de compreender os vínculos entre experiência individual e estrutura social, entre as ações das pessoas comuns e os grandes processos históricos (Mills, 2009 [1959]). Desde os seus primeiros passos, a disciplina se constituiu como um campo em disputa, atravessado por diferentes escolas teóricas, orientações normativas e (talvez mais profundamente) por divergências metodológicas. A separação entre métodos quantitativos e qualitativos consolidou-se como uma das divisões mais persistentes da sociologia contemporânea. Essa clivagem, muitas vezes tratada como natural ou intransponível, limitou a capacidade analítica da disciplina e dificultou a construção de diagnósticos mais complexos sobre as transformações sociais em curso.

Nas últimas décadas, os modos de vida passaram a ser atravessados por dispositivos digitais, plataformas, redes e algoritmos. Com isso, tornaram-se disponíveis novas formas de dados, de rastros digitais a bancos de imagens, de comentários a mapas e padrões de comportamento que podem ser captados em tempo real. Esses dados não apenas ampliam o escopo da observação sociológica, como também desafiam os modelos tradicionais de coleta, análise e interpretação. A emergência da ciência de dados e o avanço das técnicas computacionais trouxeram um novo repertório técnico-metodológico que, desenvolvido fora das fronteiras da sociologia, passou a impactá-la diretamente.

Ganha força a proposta dos métodos mistos, que buscam articular abordagens qualitativas e quantitativas dentro de um mesmo desenho de pesquisa. A premissa básica é a de que os fenômenos sociais não se deixam reduzir a uma única forma de representação, de modo que ao combinar diferentes tipos de dados e técnicas de análise, é possível acessar dimensões complementares dos objetos investigados e produzir interpretações mais qualificadas. Nesse sentido, a adoção dos métodos mistos, mais do que uma escolha estratégica, reflete uma compreensão ontológica da complexidade do social, que exige diferentes lentes e formas de aproximação.

Esse debate metodológico se dá em meio a uma série de transformações no próprio campo científico, quais sejam, a pressão por produtividade, a fragmentação das agendas de pesquisa, a crescente demanda por aplicações “úteis” do conhecimento. A chamada “crise da sociologia” (sempre mencionada, mas nem sempre e não devidamente problematizada) tem relação direta com os impasses metodológicos que dificultam a produção de conhecimento crítico, consistente e sensível à realidade social. Nesse sentido, refletir sobre os fundamentos do método sociológico consiste em uma tarefa política e epistêmica, que diz respeito à própria possibilidade de renovação da disciplina.

A incorporação da ciência de dados à sociologia tem sido um passo importante nessa direção, ao ampliar a capacidade de análise de fenômenos que se dão nos ambientes digitais, ao reduzir os custos de acesso a grandes volumes de informação e ao permitir pesquisas mais dinâmicas e abertas à experimentação. No entanto, essa incorporação não deve ser feita de forma acrítica. O domínio técnico sobre os dados não substitui a necessidade de interpretação sociológica, nem resolve, por si só, os dilemas da pesquisa empírica. Ao contrário, exige do pesquisador um esforço ainda maior de articulação entre técnica e teoria, entre evidência e contexto, entre dados e significados.

Mais recentemente, um novo elemento passou a se inserir nesse debate: a inteligência artificial generativa. Ferramentas capazes de produzir textos, imagens, sons e códigos a partir de instruções simples vêm sendo utilizadas tanto como instrumentos de pesquisa quanto como objetos de pesquisa. Seu uso tem implicações metodológicas importantes, pois permitem simular cenários, sintetizar grandes volumes de informação textual, automatizar parte do trabalho analítico e até gerar dados sintéticos para testes exploratórios. Por outro lado, esses recursos levantam questões sobre autoria, originalidade, viés algorítmico e confiabilidade das análises. Assim como os dados digitais desafiaram as fronteiras entre observação e rastreamento, a IA desafia as fronteiras entre criação e análise, entre mediação humana e automação técnica.

Neste artigo proponho uma reflexão sobre os horizontes do método sociológico a partir dessas transformações recentes. Elegendo como ponto de partida a análise crítica do debate sobre métodos mistos, ciência de dados e inteligência artificial, argumento que a efetiva superação do dualismo metodológico (quanti *versus* quali) é a condição primária para revitalizar a sociologia como campo de produção de conhecimento sensível à complexidade do mundo contemporâneo. Mais do que uma adesão a modismos ou inovações técnicas, trata-se de um esforço de reorientação epistêmica, capaz de abrir caminhos para uma prática sociológica mais inventiva e comprometida com a compreensão e explicação da vida social.

Para desenvolver essa reflexão, organizo este artigo em cinco (breves) seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, retomo o debate sobre a divisão entre métodos qualitativos e quantitativos na sociologia, destacando como essa separação se consolidou institucionalmente e quais são seus efeitos sobre a prática da pesquisa sociológica. Na segunda seção, apresento os fundamentos dos métodos mistos, destacando suas potencialidades e suas limitações. A terceira seção compreende uma discussão em torno da incorporação da ciência de dados à pesquisa sociológica, apontando avanços e desafios. Na quarta seção, resgato o tema da inteligência artificial generativa, abordando suas utilidades

enquanto ferramenta e seu potencial enquanto objeto de investigação sociológica. Por fim, na quinta seção, retomo os principais argumentos aqui desenvolvidos para discutir as implicações formativas e práticas dessa agenda para a formação em sociologia.

2. A “CRISE” DAS CULTURAS METODOLÓGICAS NA SOCIOLOGIA

A separação entre métodos qualitativos e quantitativos na sociologia é um sintoma da cisão epistemológica que atravessa a história da disciplina. Desde os seus primórdios, a sociologia oscilou entre diferentes formas de se aproximar do social. De um lado, o ideal da mensuração, da objetividade e da generalização de padrões. De outro, o interesse pelas significações, pelas experiências subjetivas e pela compreensão situada das ações sociais. Essa tensão não é exclusiva da sociologia, pois também pode ser localizada em outras ciências sociais. Mas na sociologia ela ganha contornos particulares, porque a disciplina tem, por definição, o desafio de articular estrutura e agência, regularidade e singularidade, macro e micro, sem que uma dessas dimensões se imponha como única via legítima de conhecimento.

Agora, é de se observar que não há nos clássicos, isto é, em Marx, Durkheim e Weber, uma divisão rígida entre métodos quanti e quali, muito embora cada um tenha priorizado abordagens distintas em seus projetos teóricos. Durkheim, por exemplo, na França, estabeleceu as bases da sociologia como ciência social empírica, com forte ênfase na objetividade, na coerção dos fatos sociais e na possibilidade de mensuração, como evidenciado em *O Suicídio* ([1897] 2000), obra em que mobiliza dados estatísticos para sustentar a existência de regularidades sociais independentes da vontade individual. Por outro lado, em *As formas elementares da vida religiosa* ([1912] 2008), Durkheim recorre à análise de rituais, mitos e sistemas simbólicos das sociedades aborígenes australianas, valendo-se de um extenso corpus etnográfico produzido por outros pesquisadores. Nesse trabalho, é possível observar o uso de procedimentos claramente qualitativos, voltados à compreensão do funcionamento simbólico das religiões e da constituição social do sagrado.

Já Weber, na tradição alemã, defendia uma sociologia compreensiva (*verstehende Soziologie*), centrada na interpretação dos sentidos subjetivos atribuídos pelos atores sociais, o que não excluía a possibilidade de generalização, mas recusava o modelo das ciências naturais como única via legítima de produção de conhecimento (Weber, [1922] 1999). Ainda assim, sua obra demonstra um equilíbrio entre a análise interpretativa e o uso extensivo de dados econômicos e estatísticos. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ([1905] 2004), Weber articula categorias típico-ideais com um levantamento exaustivo de dados econômicos para analisar a relação entre religião e racionalização econômica no Ocidente. Em *Economia e*

Sociedade ([1922] 1999), sua principal obra de sociologia geral, Weber organiza e sistematiza um grande volume de dados históricos sobre formas de dominação, tipos de autoridade, estruturas jurídicas e ordens econômicas, em um trabalho que combina elementos quantitativos e qualitativos sob uma perspectiva interpretativa.

Marx, por sua vez, estruturou sua análise em uma abordagem crítica e materialista da história, cuja base empírica era de natureza relacional e estrutural, sustentada por uma teoria da transformação social e da luta de classes. Ainda que não tenha sistematizado um método empírico no sentido estrito, suas obras combinam técnicas de observação histórica, análise qualitativa de processos sociais e uso extensivo de dados quantitativos. Em *O Capital* ([1867] 2013), Marx mobiliza um conjunto extenso de dados estatísticos (sobre salários, tempo de trabalho, produtividade e demografia) extraídos de censos, relatórios parlamentares britânicos e registros industriais, para demonstrar a lógica contraditória da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, realiza análises qualitativas sobre as condições de vida e trabalho da classe operária, os mecanismos de exploração e a dinâmica da mercadoria. Já em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ([1852] 2011), Marx aplica uma leitura histórico-estrutural que interpreta os eventos políticos como expressões condensadas das lutas de classe e das contradições sociais, operando com categorias teóricas e análises interpretativas. Sua obra, portanto, articula dados empíricos extensivos a um modelo teórico totalizante.

Ou seja, nos clássicos, a oposição entre “quanti” e “quali” não se apresenta como um dilema metodológico incontornável, mas como uma articulação de estratégias distintas, coerentes com seus projetos teóricos e compromissos epistemológicos. A cisão das culturas metodológicas se dá posteriormente, como produto da institucionalização da sociologia em diferentes contextos nacionais.

Na Alemanha e na França, por exemplo, o desenvolvimento da disciplina foi marcado por uma forte orientação filosófica e teórica. A tradição alemã, influenciada pela filosofia idealista e pela hermenêutica, manteve uma inclinação interpretativa, sobretudo nas obras dos continuadores de Weber e na Escola de Frankfurt. Essa linhagem crítica, voltada à análise da cultura, da ideologia e da racionalidade moderna, favoreceu o desenvolvimento de técnicas qualitativas, centradas na análise textual, histórica e dialógica, mais especificamente, a partir da segunda metade do século XX.

Na França, após a hegemonia inicial de Durkheim e da Escola Sociológica Francesa, houve um deslocamento gradual para abordagens mais qualitativas e reflexivas, especialmente a partir da obra de Bourdieu. Muito embora o próprio Bourdieu tenha empregado análises quantitativas extensas, como em *A Distinção* (2008), sua sociologia relacional e crítica do poder

simbólico valorizava o trabalho de campo, a observação participante e a análise das disposições subjetivas, ou seja, elementos qualitativos orientados por uma epistemologia relacional. Na prática, a sociologia francesa contemporânea se equilibrou entre métodos, mas preservou um *ethos* interpretativo mais forte do que o encontrado na tradição anglo-americana.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, por outro lado, a consolidação da sociologia como disciplina ocorreu sob o signo do positivismo lógico e do empirismo, com forte influência da psicologia behaviorista e da estatística aplicada. A tradição da Escola de Chicago, nos anos 1920 e 1930, abriu uma exceção importante ao combinar a observação participante e os estudos de caso com testes estatísticos. Contudo, a partir da Segunda Guerra Mundial, a sociologia americana passou por um processo de tecnificação, impulsionado pelo financiamento federal e pela expansão das universidades. A hegemonia da *survey research*, da análise de regressão e da modelagem estatística consolidou os métodos quantitativos como padrão de excelência científica e critério de legitimidade disciplinar (Bryman, 2012).

Esse processo foi reforçado institucionalmente por revistas como a *American Sociological Review* e a *American Journal of Sociology*, por agências de fomento, e por departamentos que passaram a formar sociólogos especializados em métodos quantitativos. A sociologia quantitativa foi valorizada como “mais científica”, rigorosa, neutra e capaz de produzir resultados replicáveis e generalizáveis, características alinhadas às expectativas da ciência moderna nos moldes do modelo naturalista.

No Brasil, desde os primeiros cursos universitários de sociologia, ainda nos anos 1930, a disciplina foi fortemente influenciada pelas tradições europeias, sobretudo a francesa, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. O predomínio de uma sociologia interpretativa, com ênfase nas análises históricas e na reflexão filosófica, marcou as primeiras gerações de sociólogos brasileiros, notadamente nas obras de Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Octavio Ianni. Mesmo nos estudos voltados à realidade empírica nacional (como os de caráter regional, agrário ou urbano) prevaleciam abordagens qualitativas, articuladas a interpretações sobre o país, a formação social brasileira e os processos de modernização (Cano, 2012).

Na segunda metade do século XX, a divisão entre métodos quantitativos e qualitativos deixou de ser apenas uma diferença de abordagem e passou a configurar campos relativamente autônomos dentro da disciplina em todo o mundo. Com agendas, revistas, cursos e até associações profissionais distintas, os dois polos da clivagem passaram a disputar a autoridade sobre “o que é fazer ciência em sociologia”. A emergência da sociologia crítica nos anos 1960 e 1970, influenciada pelos movimentos sociais, pelo marxismo e pela teoria feminista,

revitalizou os métodos qualitativos e fortaleceu epistemologias que desafiavam os pressupostos positivistas, abrindo espaço para etnografias, entrevistas em profundidade, análise de discurso e outras estratégias de pesquisa centradas na experiência e na subjetividade. Foi nesse momento que se deu o fortalecimento da pesquisa institucionalizada nas universidades públicas brasileiras, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação em ciências sociais. Mas com o avanço da microinformática, da modelagem estatística e da lógica probabilística nos anos 1980, o domínio dos métodos quantitativos nas universidades anglo-saxãs se consolidou. No Brasil, esse movimento se conformou um pouco mais tarde, a saber, nos anos 1990 e 2000, com o acesso facilitado às bases de dados nacionais (como os Censos e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, as PNADs) e a popularização de softwares estatísticos, criando um campo cada vez mais profissionalizado na pesquisa sociológica² (Cano, 2012).

A proposta dos chamados métodos mistos (*mixed methods*) ganhou força no contexto de debates metodológicos mais amplos sobre a crise do positivismo e a fragmentação do conhecimento nas ciências sociais ainda nas décadas de 1970 e 1980 (Becker, 2022). Embora a prática de recorrer a múltiplas fontes e estratégias de pesquisa não fosse nova (como observamos nos próprios clássicos da sociologia), foi nesse período que essa “alternativa” passou a ser sistematizada, com fundamentos próprios e aplicações específicas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento dos *mixed methods* surgiu em parte como uma tentativa de resolver a chamada “guerra dos paradigmas” entre quantitativistas e qualitativistas, propondo a integração de ambos os métodos como forma de aumentar a robustez, a profundidade e a validade dos resultados de pesquisa. Um marco importante desse processo foi a publicação de *Sociological Work*, de Howard Becker (1971), que contribuiu para institucionalizar os métodos mistos como uma abordagem legítima e autônoma no campo da sociologia. O argumento de Becker era o de que os fenômenos sociais não poderiam ser plenamente apreendidos e explicados por uma única abordagem, sendo necessário articular medições estatísticas e interpretações contextuais para capturar tanto as regularidades quanto os sentidos das práticas sociais.

Os estudos interdisciplinares e a crescente demanda por pesquisas aplicadas (principalmente nas áreas de políticas públicas, educação, saúde e avaliação social)

² Mas a sociologia brasileira nunca abandonou sua inclinação qualitativa. Há uma tradição consolidada de estudos etnográficos, análises do discurso, observações participantes e abordagens histórico-compreensivas, especialmente nos campos da sociologia da cultura, da educação, da religião, da violência e dos movimentos sociais. A desigualdade de acesso à formação metodológica (que de certa forma ainda está associada às desigualdades regionais e institucionais) faz com que a divisão entre métodos quantitativos e qualitativos assumam contornos próprios no Brasil, relacionados à geografia da pesquisa, às trajetórias de formação dos pesquisadores e às possibilidades de financiamento.

impulsionaram o uso combinado de métodos como forma de produzir diagnósticos mais precisos, sensíveis às dinâmicas locais sem perder a capacidade de generalização. A promessa dos métodos mistos estava justamente em transpor a falsa oposição entre rigor e profundidade, entre representatividade estatística e densidade interpretativa, permitindo que diferentes técnicas fossem mobilizadas de forma complementar e articuladas por um mesmo problema de pesquisa.

A despeito de todas as suas potencialidades, a efetiva adoção dos métodos mistos ainda encontra resistências, seja pela segmentação institucional da formação metodológica, seja pela persistência das disputas epistemológicas. Em muitas universidades ao redor do mundo ainda é possível observar a organização curricular e os programas de pesquisa em função dessa clivagem, reproduzindo a dicotomia em vez de superá-la. Esse processo resulta em uma sociologia fragmentada, na qual as diferentes abordagens metodológicas convivem, mas raramente dialogam entre si.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, essa fragmentação tem sérias implicações. Ao se especializarem em um único repertório metodológico, sociólogos assumem o risco de produzir análises parciais dos fenômenos sociais, que são essencialmente multidimensionais. Mais do que isso, o afastamento entre métodos implica também no afastamento entre objetos. Sociólogos que trabalham com entrevistas não se debruçam sobre bancos de dados, tais quais aqueles que analisam séries estatísticas, que, por sua vez, tendem a manter distância dos materiais etnográficos ou dos relatos em primeira pessoa. Essa lógica de compartimentalização empobrece a disciplina limitando seu potencial explicativo.

Do ponto de vista da formação acadêmica, os efeitos dessa clivagem também são nocivos. Estudantes de graduação e pós-graduação são orientados a “escolher um lado”, como se a adoção de um método implicasse a rejeição automática do outro. Essa postura reduz as possibilidades de aprendizagem e compromete a formação intelectual, pois impede que os futuros pesquisadores desenvolvam um olhar mais crítico e de amplo espectro sobre os fenômenos sociais, além de criarem barreiras artificiais que se reproduzem ao longo de suas carreiras acadêmicas, limitando a colaboração entre pares e a possibilidade de construir agendas de pesquisa mais ambiciosas.

A própria literatura sociológica vem denunciando esse estado de coisas há algum tempo. Já na década de 1950, Charles Snow ([1956], 2012) apresentava a expressão “duas culturas” (*two cultures*) em uma crítica à segregação entre as humanidades e as ciências naturais. O que de fato estava posto à crítica de Snow como o uso dessa expressão não era o estado em que os dois campos do conhecimento estão separados um do outro, mas sim a preguiça intelectual que

toma como certa a ignorância de um em relação ao conhecimento do outro. A separação entre as metodologias quantitativas e qualitativas no campo da sociologia também estaria de acordo com esse ponto.

Mais recentemente, Mike Savage e Roger Burrows (2007), em um artigo intitulado *The coming crisis of empirical sociology*, argumentam que a sociologia empírica se encontra em crise não apenas por fatores externos (como a competição com outras disciplinas ou a pressão por resultados aplicáveis), mas também por falhas internas, especialmente no que diz respeito à capacidade de responder aos novos desafios colocados pelas transformações sociais, tecnológicas e informacionais. Uma das principais razões dessa crise, segundo os autores, é justamente a insistência em métodos estanques, que não dão conta da complexidade e da fluidez dos fatos e problemas sociais contemporâneos.

É importante ressaltar que a oposição entre métodos não decorre necessariamente de incompatibilidades epistemológicas, porque muito embora as abordagens qualitativas e quantitativas partam de pressupostos distintos (seja em relação à natureza do conhecimento, ao papel do pesquisador, ou ao tipo de evidência valorizada), há pontos de convergência possíveis. A análise da realidade social exige rigor, sistematicidade, clareza nos procedimentos e coerência entre os problemas de pesquisa e as estratégias metodológicas. A questão, portanto, não está na existência de diferenças, mas na rigidez com que essas diferenças têm sido tratadas, como se impedissem qualquer tipo de aproximação.

A persistência das “duas culturas” metodológicas é, nesse sentido, um entrave ao avanço da sociologia como disciplina crítica e atenta às transformações do mundo social. Superar essa cisão não significa apagar as diferenças entre os referidos métodos, mas reconhecer a necessidade de articulação entre eles, a partir de desenhos de pesquisa que combinem diferentes estratégias desde que devidamente justificadas. Isso também implica em um esforço de revisão das práticas institucionais que reforçam essa divisão, dos currículos de formação aos critérios de avaliação da produção científica.

3. FUNDAMENTOS DOS MÉTODOS MISTOS

A adoção dos métodos mistos na pesquisa sociológica não se limita a juntar técnicas qualitativas e quantitativas de forma mecânica. Trata-se de um processo que envolve decisões sobre quais dados coletar, como melhor relacioná-los, em que momento isso será feito e qual lógica guiará a análise. Como vimos anteriormente, ao longo de décadas, a disciplina tem se apoiado em um modelo dicotômico de aplicação metodológica, em que cada abordagem carrega expectativas distintas a respeito de validade, confiabilidade e aplicabilidade. De um lado, temos

testes estatísticos e hipóteses generalizáveis. De outro, temos a preocupação com os significados, a reflexividade e a compreensão situada.

Em muitas pesquisas, os dados numéricos nos ajudam a traçar um panorama sobre a distribuição, a magnitude e a frequência de certos fenômenos, enquanto as fontes narrativas ou observacionais nos permitem compreender os possíveis caminhos que levam a tais resultados. O mesmo se aplica em sentido inverso, ou seja, indícios colhidos em depoimentos ou registros de campo podem orientar a formulação de hipóteses que, posteriormente, serão testadas a partir de bases de dados abrangentes. Quando ignoramos um desses eixos, a pesquisa corre o risco de se prender a uma visão limitada, produzindo análises parciais ou explicações que não resistem ao confronto com a realidade.

Uma das chaves para integrar perspectivas distintas é pensar no desenho de pesquisa como um eixo estruturador. Isso envolve a definição prévia dos objetivos (descrever, interpretar, explicar, comparar) e a escolha das sequências metodológicas que farão mais sentido para respondê-los. Podemos começar pelo dados quantitativos a fim de traçar um mapa geral, para depois recorrer às entrevistas que expliquem os padrões ou as singularidades que observamos. Em outros casos, podemos iniciar o processo com um olhar interpretativo, buscando compreender a variedade de experiências, para então verificarmos até que ponto essas experiências se repetem em larga escala. Em qualquer cenário, a coerência do arranjo metodológico depende do problema de pesquisa (a pergunta que se quer responder), que deve orientar o modo como cada componente se articula no todo.

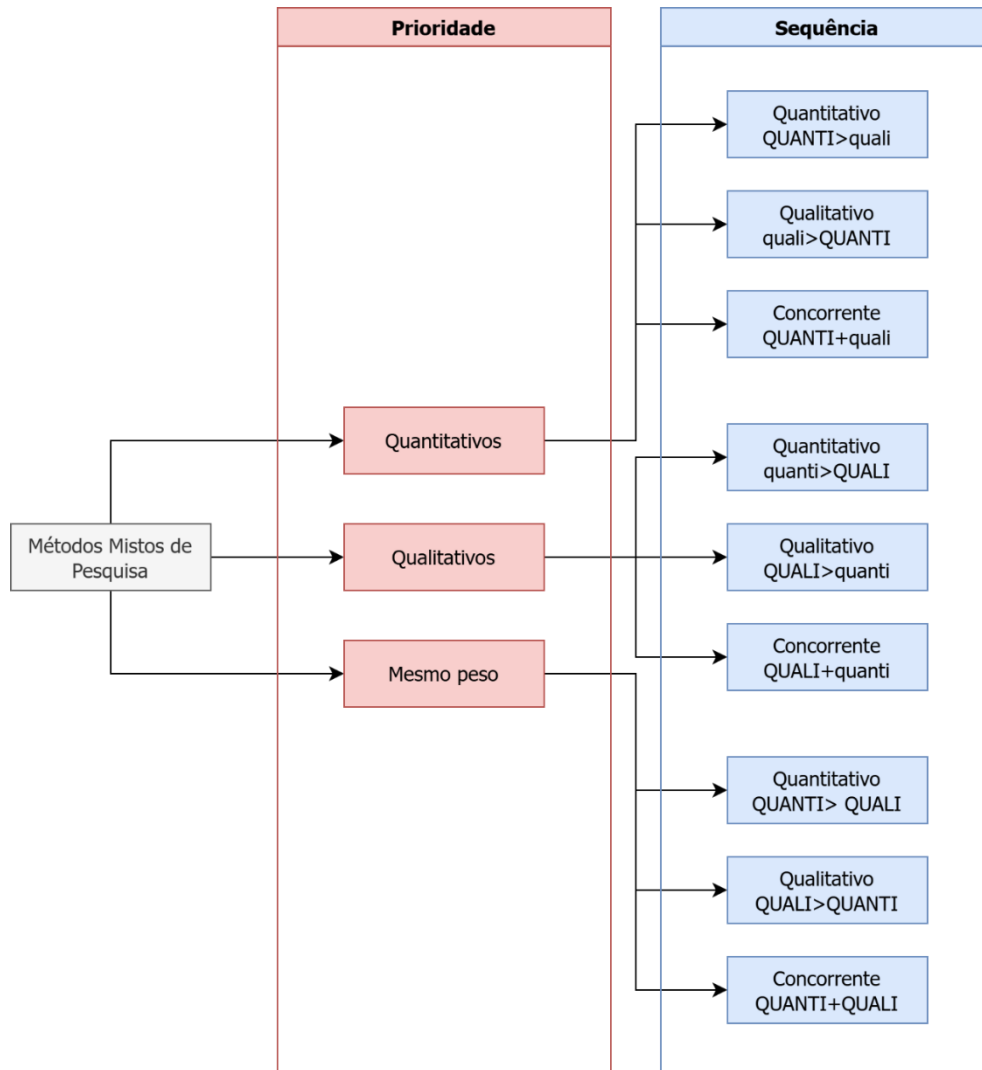
Então os dados quantitativos, os dados qualitativos e o desenho de pesquisa propriamente dito formam um arranjo em que as partes se afetam mutuamente. A forma de coletar e tratar as estatísticas, por exemplo, já é influenciada pela hipótese de que esses números precisam dialogar com as narrativas e vice-versa. Se o projeto prevê uma etapa de observação participante, as categorias que se colocam diante dessa observação podem inspirar as variáveis a serem reunidas em uma futura amostra maior. A análise quantitativa pode, inclusive, evidenciar correlações inesperadas que motivam um retorno ao campo ou a novas entrevistas com os atores-chave, dando forma a uma pesquisa mais dialógica, menos linear.

A condução adequada desse tipo de abordagem requer, portanto, um domínio variado de técnicas. O pesquisador precisa conhecer as bases e os instrumentos de coleta e tratamento de dados estatísticos, as ferramentas de análise qualitativa, os processos de triangulação e, enfim, os procedimentos de síntese. Mas, mais do que dominar protocolos, é necessário compreender o sentido dessa integração, ou seja, como os diferentes resultados conversam entre si e como essas conversas ajudam a aprofundar a interpretação dos achados. Ao invés de aplicar

questionários e roteiros de entrevista ao mesmo tempo, sem qualquer diálogo, a lógica dos métodos mistos pressupõe que cada etapa será planejada para dialogar com as anteriores, ainda que isso implique revisões ao longo do percurso.

Com base nessa lógica de planejamento progressivo e diálogo entre etapas, surgiram diversas propostas para organizar e classificar pesquisas de métodos mistos. Uma das formas mais difundidas de classificação leva em conta os papéis atribuídos aos componentes quantitativo e qualitativo ao longo da investigação, considerando a prioridade dada a cada abordagem e a ordem em que são aplicadas. A prioridade diz respeito ao peso relativo que cada método assume (se um deles orienta a maior parte do processo analítico ou se ambos têm o mesmo valor). A sequência refere-se à ordem cronológica de aplicação (uma etapa pode preceder a outra, como a quantitativa antes da qualitativa ou o contrário, ou ambas podem ser desenvolvidas de forma simultânea). Essa combinação entre prioridade e sequência gera uma tipologia com nove possibilidades, representadas na Figura 1. Letras maiúsculas (QUALI) indicam o método primário, letras minúsculas (quali) o método secundário. Setas (>) sugerem que as etapas são aplicadas em sequência, enquanto o sinal de adição (+) indica simultaneidade. Embora essa tipologia ajude a esclarecer as escolhas metodológicas e favoreça a transparência do desenho de pesquisa, sua aplicação nem sempre é evidente na leitura de relatórios ou artigos. Muitas vezes, prioridade e sequência não estão declaradas explicitamente e precisam ser inferidas a partir da estrutura da análise ou da descrição dos procedimentos.

Figura 1 - Classificação dos métodos mistos de pesquisa em termos de prioridade e sequência



Fonte: Bryman (2012, p. 632) (Adaptado).

Essas estratégias de sequenciamento e combinação dos métodos revelam que os caminhos da pesquisa nem sempre seguem uma lógica linear. A pesquisa pode ser construída em camadas, de modo que cada nova coleta ou análise se valha dos achados anteriores. Quando um levantamento estatístico indica anomalias ou contradições, cabe reabrir o campo qualitativo para entender as circunstâncias. Quando uma exploração etnográfica revela variações que parecem pontuais, surge o interesse em ampliar o espectro para avaliar até que ponto essas variações se repetem ou divergem em outros contextos. Em vez de encarar isso como problema, a abordagem pautada nos métodos mistos contempla na reorientação metodológica uma forma de aprofundar o conhecimento.

A principal força dos métodos mistos está, assim, em sua flexibilidade e em seu potencial para gerar sínteses interpretativas mais robustas. Não se trata de juntar resultados de

duas técnicas, mas de enxergar o fenômeno sob ângulos diferentes e, ao mesmo tempo, produzir um diálogo entre esses ângulos. Com isso, áreas que sempre trabalharam de modo estanque passam a interagir. Os dados quantitativos ganham densidade porque se ligam a contextos interpretativos concretos, enquanto os dados qualitativos se fortalecem porque passam a dialogar com indicadores que ajudam a situar as falas e as observações em um cenário mais amplo. Esse movimento tende a minimizar os riscos de cair em reducionismos, sejam eles estatísticos ou narrativos.

É preciso sublinhar, porém, que métodos mistos não equivalem a uma “solução mágica”. Eles exigem planejamento, conhecimento das ferramentas mas, principalmente, rigor na hora de fazer escolhas que mantenham a coerência do estudo. Não basta dizer que se vai “usar métodos mistos” sem explicar devidamente como eles se relacionam, o que se espera deles e que tipo de contribuição cada um pode trazer. Em muitos dos casos, pesquisas que se anunciam “mistas” acabam recorrendo a técnicas isoladas, sem diálogo real, perdendo assim as virtudes que esse tipo de abordagem propicia. Por outro lado, quando são bem aplicados, os métodos mistos ampliam o alcance do estudo e reforçam a capacidade de levantar questões mais refinadas.

A necessidade de construir um repertório metodológico capaz de articular dados de diferentes naturezas revela o quanto a sociologia vem se abrindo a inovações teóricas e tecnológicas. Diante de fenômenos digitais, por exemplo, torna-se ainda mais urgente saber combinar a leitura de grandes volumes de informação com a interpretação de significados locais, de reconhecer que a realidade social não se esgota em bases estatísticas nem em narrativas singulares. As duas vertentes são partes de um todo em constante elaboração.

Dessa forma, princípios e necessidades dos métodos mistos vão além da soma de técnicas: tratam-se de escolhas epistemológicas orientadas pela compreensão de que os objetos sociais pedem múltiplas formas de aproximação. Em um mundo marcado por interações híbridas, fluxos transnacionais e reconfigurações institucionais, apostar em métodos mistos significa abrir caminho para uma sociologia que não se limite a uma única lente analítica. É um esforço de potencializar o olhar sociológico, explorando diferentes dimensões do fenômeno, mas preservando a coerência de um projeto que seja claro quanto ao modo como essas dimensões convergem e se influenciam mutuamente.

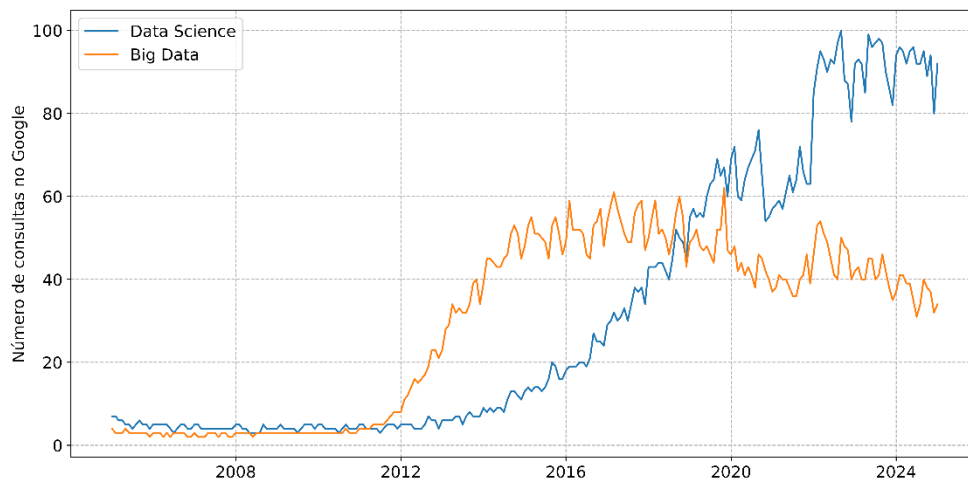
4. A CIÊNCIA DE DADOS COMO OPORTUNIDADE

As transformações tecnológicas das últimas décadas reconfiguraram as formas de vida em sociedade. A expansão da internet e a crescente mediação digital das práticas cotidianas

geraram novos modos de agir, interagir e consumir, como também uma mudança no tipo de vestígio que essas ações deixam no mundo. Os rastros digitais passaram a compor uma nova gramática da vida social, registrando comportamentos, deslocamentos, escolhas, preferências, ritmos, acessos e omissões. Diante dessas condições, a sociologia passou a dispor de um tipo de dado que não apenas amplia as possibilidades empíricas de investigação, mas desafia diretamente os métodos convencionais da disciplina.

A chamada ciência de dados tem se colocado nesse contexto como uma resposta técnica e instrumental ao volume, à variedade e à velocidade com que essas informações são geradas e acumuladas. O termo, que se popularizou nos anos 2010, cobre um conjunto heterogêneo de práticas que envolvem a extração, o processamento, a modelagem e a visualização de grandes conjuntos de dados, notadamente aqueles gerados por sistemas digitais. No campo sociológico, isso significa a possibilidade de acessar comportamentos em larga escala sem a necessidade de intermediários, como questionários ou entrevistas, e de trabalhar com registros que são produzidos de forma contínua, involuntária e automatizada.

Figura 2 - Evolução das buscas por “Big Data” e “Data Science” no Google (2005-2025)



Fonte: elaborado pelo autor com dados do Google Trends.

O crescimento da ciência de dados se explica por três fatores principais: a digitalização crescente das práticas sociais, o desenvolvimento acelerado de ferramentas analíticas (como as linguagens Python e R), e a queda substancial nos custos de armazenamento e processamento de informação. Isso fez com que, em poucas décadas, o acesso a dados digitais deixasse de ser um privilégio de grandes empresas ou centros de tecnologia, passando a integrar o cotidiano de diferentes campos científicos, inclusive das ciências sociais.

No entanto, a simples disponibilidade de dados não garante sua utilidade sociológica. A maior parte dos registros digitais é composta por traços brutos de comportamento, isto é, cliques, curtidas, buscas, geolocalizações, marcas de tempo, volumes de acesso. Esses dados não têm, por si, densidade analítica. Eles precisam ser organizados, interpretados, contextualizados. É nesse ponto que a ciência de dados, isoladamente, encontra seus limites. A extração de padrões e correlações não substitui a tarefa interpretativa que está no centro da tradição sociológica. Por isso, a incorporação da ciência de dados ao método sociológico não pode ser pensada como a mera adoção de ferramentas, mas como reorganização do processo de pesquisa, da formulação das perguntas até a construção dos objetos.

Esse processo exige competências que nem sempre são desenvolvidas na formação tradicional em ciências sociais. Para lidar com dados digitais de forma rigorosa, o pesquisador precisa dominar linguagens de programação, compreender lógica estatística, conhecer modelos de aprendizado de máquina e, ao mesmo tempo, manter atenção aos fundamentos teóricos e epistemológicos da sociologia. Isso não significa que todo pesquisador precise ser um especialista em ciência de dados, mas sim que o diálogo entre essas competências deve ser promovido de maneira estruturada. O risco de subordinar a análise sociológica à técnica é real, mas o risco de ignorar a potência dos novos dados disponíveis também é.

As aplicações sociológicas da ciência de dados oferecem ao menos três vantagens. A primeira é a ampliação da escala e da frequência com que se pode observar fenômenos sociais. A segunda é a possibilidade de trabalhar com dados não solicitados, produzidos sem mediação, o que evita certos filtros próprios da declaração direta. A terceira é a abertura para novas formas de análise, que combinam estatísticas descritivas, modelagem de redes, análise de sentimento, detecção de padrões e visualização dinâmica. Esses recursos permitem gerar hipóteses, identificar tendências e explorar regularidades que dificilmente seriam acessadas por outros meios.

Ao mesmo tempo, há limites que precisam ser reconhecidos. Os dados digitais são incompletos, no sentido de que eles não captam a totalidade das experiências, não acessam diretamente os significados que os sujeitos atribuem às suas ações, nem dizem algo sobre aquilo que não foi registrado. Eles também são dados condicionados por infraestruturas tecnológicas opacas e por lógicas de coleta e armazenamento que escapam ao controle do pesquisador. A ausência de metadados, os vieses de amostragem, os ruídos algorítmicos e os riscos éticos tornam o uso da ciência de dados um campo que demanda vigilância permanente. E a tentação de naturalizar esses dados como retrato fiel da realidade social precisa ser contida por uma postura crítica.

Por essa razão, a integração da ciência de dados à sociologia não pode ocorrer à margem de uma reflexão metodológica mais ampla. Quando esses dados são combinados com estratégias qualitativas de pesquisa (como entrevistas e grupos focais, por exemplo), eles se tornam mais inteligíveis e mais úteis. O cruzamento entre os registros comportamentais extraídos de ambientes virtuais e os relatos produzidos por sujeitos reais permite validar hipóteses, aprofundar interpretações e, principalmente, restituir o sentido às práticas observadas. Essa combinação é o que confere à ciência de dados seu lugar no repertório dos métodos sociológicos, não como substituto, mas como elemento integrador.

Trata-se, portanto, de situar a ciência de dados dentro de uma lógica mais ampla de métodos mistos. Seu papel é oferecer uma camada analítica que possa orientar a formulação de perguntas, antecipar tendências, explorar padrões e, quando necessário, indicar caminhos para aprofundamentos qualitativos. O mais relevante, no entanto, é compreender que a ciência de dados, quando incorporada de forma consciente ao método sociológico, não apenas amplia as possibilidades empíricas da disciplina, mas convida a repensar sua forma de operar. O dado, nesse novo contexto, é apenas aquilo que se coleta e aquilo que se constrói a partir de escolhas técnicas, epistemológicas e éticas. O pesquisador deixa de ser um simples observador e passa a ser também arquiteto de bases, intérprete de rastros, curador de padrões.

A incorporação da ciência de dados à sociologia não representa uma ruptura com a tradição empírica da disciplina. Pelo contrário, reativa um de seus compromissos mais duradouros que é o de se manter atenta às formas pelas quais a vida social se organiza, se transforma e se expressa nos materiais disponíveis. A diferença, agora, é que esses materiais vêm de fontes novas, exigem ferramentas novas e colocam questões novas. Cabe à sociologia aprender a lidar com eles, não para segui-los, mas para interrogá-los.

5. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA-OBJETO

A inteligência artificial (IA) generativa ganhou repercussão ao expandir a automação da produção simbólica. Esses modelos computacionais de grande porte, alimentados por grandes bases de dados, simulam padrões de linguagem e aspectos estilísticos com tamanha precisão que por vezes se confundem com as criações humanas. Para a pesquisa sociológica, esse tipo de tecnologia tem duas feições. De um lado, torna-se uma ferramenta, possibilitando a análise de grandes volumes de dados, a categorização prévia e identificação de padrões linguísticos, a criação de textos e imagens. De outro, torna-se um objeto de estudo que reconfigura concepções sobre autoria, criatividade e legitimidade.

Enquanto ferramenta, a IA generativa pode agilizar tarefas em projetos que lidam com textos extensos. Ao automatizar certas etapas, o pesquisador passa mais tempo interpretando do que revisando manualmente. Contudo, essa praticidade não elimina a necessidade de validação. Esses sistemas funcionam por associações estatísticas e não têm compromisso com a consistência factual. Soma-se a isso fato de suas bases de treinamento conterem vieses que podem (ou não) ser captados no conteúdo produzido.

Outra aplicação diz respeito à criação de dados sintéticos para testes experimentais. Em estudos que demandam cenários hipotéticos, a IA generativa pode fornecer materiais para observação preliminar de reações a discursos simulados. Mas se o propósito é apreender experiências reais, a geração automatizada pode reforçar estereótipos embutidos nos dados de origem. Cabe ao pesquisador adotar estratégias de checagem que contrastem o texto gerado com outras informações, reduzindo o risco de tomar por legítimo algo que é simples reflexo estatístico.

Enquanto objeto, a IA generativa é um fenômeno social, portanto, digno de atenção da sociologia. Quando plataformas automatizam a escrita ou a ilustração, as fronteiras entre a produção humana e a produção maquínica se tornam menos evidentes. Percepções sobre a originalidade, o valor do trabalho intelectual e a apropriação de repertórios culturais são amplamente questionadas. Instituições de ensino, editoras e serviços criativos, por exemplo, começam a debater se as criações geradas por algoritmos devem ser reconhecidas no mesmo nível que as obras produzidas por pessoas. Esses dilemas refletem disputas de sentido e arranjos de poder que a sociologia pode ajudar a explorar com o devido aprofundamento teórico e metodológico.

Figura 3 - Diferenças entre a produção humana e a produção da IA generativa

(A) Recorte de A Viagem de Shihiro, produção original do Estúdio Ghibli



(B) Foto replicada por IA generativa com traços do Estúdio Ghibli



Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse quesito, a inteligência artificial generativa não pode ser encarada como um simples avanço técnico. Ela reorienta processos de produção cultural e econômica, redistribuindo oportunidades e riscos. Ambientes acadêmicos, profissionais e artísticos se veem obrigados a repensar seus parâmetros de autoria, criatividade e reconhecimento. Práticas profissionais tradicionais, como a edição de texto ou o design, sentem a pressão competitiva, ao passo que novas modalidades de serviço e consultoria ganham espaço. Por isso, o estudo sociológico dessa tecnologia requer tanto abordagens empíricas que observem sua adoção e seus efeitos quanto reflexões conceituais que situem essas inovações no quadro maior das transformações contemporâneas, e os métodos mistos se apresentam com a opção mais promissora.

Também precisamos ter em mente que essas tecnologias trazem consigo inúmeros desafios, sobretudo de natureza ética. A transparência limitada dos modelos (seja pela complexidade técnica, seja por restrições de acesso ao código ou aos dados de treinamento) dificulta a possibilidade de auditoria e replicação de resultados. E em uma disciplina que valoriza a clareza metodológica e a reprodutibilidade, isso representa um dilema elementar, a saber, como confiar em inferências baseadas em um sistema que o pesquisador não controla totalmente ou cujo funcionamento interno não pode ser plenamente escrutinado? Essa assimetria afeta especialmente os ambientes institucionais nos quais textos, imagens ou outros conteúdos são criados de forma automatizada. Se um algoritmo gera imprecisões ou distorções, a questão da responsabilidade torna-se difusa. Quem responde por um material potencialmente incorreto ou eticamente questionável? A dificuldade de atribuir autoria (humana ou artificial) abala os parâmetros estabelecidos de credibilidade científica e profissional. Para os pesquisadores, isso implica na necessidade de protocolos mais rigorosos de verificação e comparação, a fim de não endossar conclusões que derivam apenas de correlações estatísticas opacas. Para as organizações, pode significar a revisão de mecanismos de governança, estabelecendo quem decide sobre o uso desses modelos, em que condições e com quais garantias.

Do ponto de vista sociológico, esse “estado de coisas” nos convida à análise das consequências culturais e institucionais que se apresentam quando uma tecnologia capaz de simular a autoria e a criatividade entra em sistemas de produção acadêmica, jornalística ou artística. Como passam a ser negociados os padrões de confiabilidade e qualidade em domínios que historicamente operaram com filtros humanos de avaliação, como a avaliação por pares ou a curadoria editorial? Onde situar a linha que separa um instrumento legítimo de auxílio na pesquisa de um artifício que pode comprometer a integridade do processo investigativo? Essas questões mostram que a reflexão sobre ética e IA generativa não se resume ao risco de manipulação ou fraude, mas atinge os próprios pilares de validação do conhecimento sociológico.

6. IMPLICAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA SOCIOLÓGICA

A discussão que percorre este texto gera demandas para os cursos de sociologia e para os processos formativos que preparam novos sociólogos. Isso se deve às exigências técnicas que se tornam mais complexas e às reflexões sobre a construção dos objetos de pesquisa, que requerem abordagens que dialoguem com distintos repertórios metodológicos. Nesse contexto, o currículo universitário e as rotinas da pesquisa sociológica precisam se adequar a uma

realidade na qual métodos quantitativos e qualitativos deixam de ser campos estanques e se articulam com ferramentas iterativas.

Em muitos cursos de graduação e pós-graduação, sobretudo no Brasil, as disciplinas ainda são organizadas em blocos de metodologias. De um lado, temos as metodologias quantitativas, com o SPSS³, as estatísticas descritivas e as regressões. De outro, temos as metodologias qualitativas, com as etnografias e as entrevistas. Obviamente, esses não são os únicos conteúdos ofertados nestas disciplinas, mas esse tipo de formato cristaliza a dicotomia metodológica, sugerindo que cada pesquisador só tem um único caminho a seguir. Ao incorporar instrumentos de ciência de dados (linguagens de programação e técnicas de aprendizado de máquina) e explorar estratégias qualitativas, a pesquisa ganha amplitude, mas exige recursos formativos que estão além dos recursos convencionais. Por isso, a reconfiguração curricular deve promover diálogos entre diferentes métodos, criando ambientes onde as estatísticas complementam as narrativas, onde a documentação histórica se articula com a análise de redes, onde as simulações computacionais dialogam com as observações etnográficas.

O domínio das linguagens de programação e a habilidade para analisar grande bases de dados são essenciais para a aplicação de métodos em grande escala. Mas o pesquisador precisa interpretar os significados dos dados e compreender como essas escolhas metodológicas influenciam a apreensão das dinâmicas sociais. Esse tipo de competência se torna cada vez mais necessária com o avanço dos sistemas de inteligência artificial, que, como vimos, são capazes de resumir, classificar ou até criar sons, imagens e textos com alto grau de fluência, mas sem compromisso com a interpretação sociológica, a contextualização histórica ou a valoração ética. Reconhecer o valor desses sistemas não deve levar ao esquecimento do papel reflexivo que distingue o ofício sociológico, pois o conhecimento empírico depende de correlações e inferências devidamente justificadas, mas também de leituras críticas sobre a natureza dos registros e das categorias empregadas.

O exercício de uma sociologia que integra tecnologias digitais sem sacrificar a análise contextual depende de formadores (professores e orientadores) preparados para mediar esse encontro. Tarefas como explicar conceitos teóricos, demonstrar aplicações de algoritmos e conduzir reflexões sobre ética e responsabilidade compõem o cotidiano da formação. Ao mesmo tempo, a instituição deve criar condições para que esses aprendizados sejam sistematizados. Nesse processo, a supervisão de trabalhos de campo e de projetos empíricos

³ Sigla em inglês para *Statistical Package for Social Sciences*, o software para a análise de dados quantitativos mais popular entre sociólogos no Brasil.

deve ser planejada para incentivar a triangulação, a busca de coerência interna no desenho metodológico e a discussão coletiva dos resultados, de modo a evitar a reprodução automática de certas práticas herdadas.

A prática de pesquisa orientada por problemas reais também ajuda a consolidar essa formação mais aberta. Quando estudantes são desafiados a investigar temas que exigem tanto a coleta e análise de dados quantitativos quanto a escuta de sujeitos e a contextualização qualitativa, eles aprendem, na prática, a questionar limites e a combinar técnicas. Esse tipo de aprendizado demanda a capacidade de lidar com os erros e reorientar as rotas da pesquisa quando necessário, estimulando, assim, uma atitude flexível e reflexiva em vez de focar em protocolos rígidos e fechados. Oficinas, seminários integrados e projetos práticos dão as condições para a experimentação, e são sob essas condições que os futuros sociólogos podem reconhecer as possibilidades de aprimorar o uso dos métodos e de amadurecer a leitura sociológica.

Agora, para além das competências técnicas, a formação do sociólogo deve compreender a consolidação de uma atitude investigativa que coloque o fenômeno em primeiro plano. Em vez de partir de preferências metodológicas estanques, o pesquisador precisa avaliar que tipo de evidência pode esclarecer melhor o problema e que estratégias combinadas serão necessárias para chegar a conclusões sólidas. Esse tipo de orientação pode nos ajudar a dissolver a oposição entre quantitativistas e qualitativistas, pois não há método legítimo sem atenção à natureza do objeto de estudo e à coerência analítica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação da fragmentação metodológica que permeia a sociologia hoje exige que o pesquisador combine o senso crítico com competências técnicas capazes de lidar com o volume e o caráter dinâmico dos dados informacionais. Em vez de insistirmos em dicotomias herdadas, acreditamos que seja possível construir abordagens iterativas, que partam de problemas substantivos e articulem diferentes procedimentos de coleta, análise e interpretação. Os horizontes do método sociológico se abrem, mas exigem compromisso pedagógico e institucional para garantir que a inovação técnica não obscureça a responsabilidade analítica e a sensibilidade interpretativa, pilares que, historicamente, sustentam o valor e a relevância da disciplina.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. **Evidências**: Sobre o bom uso de dados em ciências sociais. Tradução de Maria Luiza X. da A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- BECKER, H. S. **Sociological work**: Method and substance. Chicago: Aldine Publishing Co., 1971.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme João de Freitas Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. 4th ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, v. 14, p. 94-119, 2012.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: O sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Original de 1912)
- DURKHEIM, E. **O suicídio**: Estudo de sociologia. Tradução de Norberto de Paula Lima. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Original de 1897)
- MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Original de 1852)
- MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Boitempo, 2013. (Original de 1867)
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. (Original de 1959)
- SAVAGE, M.; BURROWS, R. The coming crisis of empirical sociology. **Sociology**, n. 41, v. 5, p. 885-899, 2007.
- SNOW, C. P. **The two cultures**. Cambridge University Press, 2012. (Original de 1956)
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Mário Pinheiro. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Original de 1905)
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1999. (Original de 1922)

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:

Fillipi Nascimento: Revisão teórica, conceitualização, elaboração dos modelos analíticos e redação do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.